POLÍTICA RURAL E TRABALHO ASSALARIADO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO POLONORDESTE*

José Maciel dos Santos Filho**

1. O problema; 2. Algumas peculiaridades do mercado de trabalho rural: fatores genéricos e específicos; 3. A incorporação indireta.

Região do Vale do Paraguaçu (BA) palco do Polonordeste a partir de meados da década passada. Formuladores do programa não deram prioridade aos agricultores "sem terras", concentrando ações em agricultores produtores. Acreditavam na capacidade de incorporação indireta dos primeiros via mercado de trabalho. A presente análise não confirma expectativas dos formuladores.

1. *O problema*

O Nordeste – especialmente a sua área rural – tem sido encarado como uma região "potencialmente explosiva", fonte de ameaça à segurança, unidade e integridade nacionais, e as intervenções governamentais formalmente dirigidas àquela porção do território nacional não a contemplam para "desenvolver o país", mas são freqüentemente consideradas como uma "questão de justiça", pela sua "admirável" contribuição à segurança nacional.[1]

Normalmente as soluções pensadas para equacionar o problema do emprego[2] – ou do subemprego – tiveram presentes explicitamente a *limitação dos recursos naturais* do semiárido e o conseqüente encaminhamento fora das fronteiras regionais. Foi assim, por ocasião da implantação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e da grande seca de 1970, quando se decidiu pela construção da Transamazônica, a "vereda" que "iria" permitir absorver os excedentes populacionais do Nordeste e fixá-los na Amazônia.

Em 1974, tendo presente um certo estilo pendular de atuação, o Nordeste foi agraciado com a instituição do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), o qual, no nível explícito, objetivava integrar a produção agropecuária nordestina à "moderna economia de mercado", entendendo-se essa orientação no sentido de aumentar o grau de monetarização da economia rural com a criação da capacidade de produção e, também, com a aquisição do poder de compra de amplas faixas de população, incorporadas à economia de subsistência.[3] No fundo, a exemplo do que fez o Projeto Nordeste, o Polonordeste quer transmitir a impressão de que o programa visaria formar uma classe média consumidora no campo e teria importantes repercussões indiretas no mercado de trabalho, vaticínio este também compartilhado pelo Banco Mundial, um de seus financiadores.

* Parte da tese de doutorado do autor, apresentada à FEA/USP em 20.1.88.

** Professor do Curso de Mestrado em Administração Pública da UFB. Doutor em Economia pela USP. (Endereço do autor: R. Wanderley de Pinho, 466/404 – 40.000 – Salvador, BA).

[1] Para uma análise mais elaborada sobre o Nordeste como um problema de segurança nacional, ver Cohn, A. *Crise regional e planejamento*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

[2] A "problemática regional" tem sido reduzida ao problema do emprego. Via de regra não se tem um Plano de Metas de Produção para o Nordeste. Os planos, no máximo, estipulam *o número de famílias* – objeto da programação, sem qualquer compromisso, desejo e expectativa quanto à produção resultante. Do mesmo modo, nos planos de metas nacionais, globais ou setoriais, a posição ou inserção nordestina geralmente não é explicitada ou detalhada.

[3] Presidência da República. *Visão do Nordeste*. Brasília, Imprensa Nacional, 1970.

Não obstante o objeto proclamado, razões de ordem teórica, histórica, política e de condicionantes específicos do próprio programa não autorizavam o otimismo que contagiou ponderáveis parcelas da opinião pública na região, até porque o móvel que estaria presidindo a iniciativa em exame continuava a ser, aparentemente, de caráter social e político – atendendo a imperativos de segurança nacional – a julgar pelas declarações do próprio documento que o consubstanciou: "A baixa renda *per capita* do setor (rural nordestino), a instabilidade das atividades agrícolas e a insegurança de um futuro de maiores oportunidades expressas em padrões de vida críticos, estão motivando uma situação perigosa e politicamente incompatível com as aspirações de grandeza nacional."[4]

Finalmente o Polonordeste tinha em vista a "promoção de uma agricultura mais eficaz", cuja consecução se daria principalmente através da elevação da produtividade, via adoção de "insumos modernos" e apoio de serviços (assistência técnica, pesquisa, etc.). Havia, também, a inclinação dissimulada de se emprestar ênfase direta aos produtores, já que os demais agricultores "sem terras" seriam indiretamente contemplados pelos efeitos de irradiação via mercado de trabalho, hipótese essa sustentada pelo Banco Mundial e, mais recentemente, pelos formuladores do Projeto Nordeste. Vale dizer, o programa produziria (sozinho ou coadjuvado por outros) um cenário composto de pequenos capitalistas o qual, ou teria a capacidade ou necessidade de absorver força de trabalho assalariada,[5] ou provocaria a escassez de braços na região sob intervenção, com impactos significativos no mercado de trabalho e nos salários para os "sem-terras" e para aqueles com reprodução precária e instável.

Cabe perguntar que repercussão seria possível esperar, a partir do Polonordeste, a nível do mercado de trabalho assalariado, tendo em conta o elevado contingente de produtores "sem terras" e de agricultores com *reprodução incompleta* – aqueles que precisam recorrer a outras ocupações para viabilizar a reprodução simples e o restabelecimento dos níveis prévios de consumo.[6]

Este estudo trabalha, em princípio, com a hipótese da virtual inexistência de efeito significativo na demanda de mão-de-obra e salários em razão do caráter de legitimação da política, de sua incapacidade de transformar os agricultores em "produtores de tempo integral", em virtude da escassa abrangência e das modestas ações no plano da repartição dos riscos presentes em seu desenho, da pauta produtiva regional, tamanho do estabelecimento envolvido, estrutura agrária e outros fatores. A exceção possível fica por conta das lavouras irrigadas, em particular a horticultura.

Habitualmente a irrigação no Nordeste não visa à produção de grãos,[7] mas a uma composição de culturas nobres de alto valor comercial por unidade de superfície,[8] cuja característica mais marcante é, além da perecibilidade a urgência de

[4] O Polonordeste. *Diretrizes para o planejamento*. s.n.t., 1976. p. 38.

[5] Há uma alusão explícita à expectativa de acréscimo real de salários conforme Tendler, J., *(Rural projects through urban eyes;* an interpretation of the World Bank's new-style rural development projects. Washington, World Bank, 1982), embora a autora se mostre cautelosa quanto ao mencionado efeito.

[6] O número de estabelecimentos com reprodução precária é de difícil estimativa. Contudo, considerando que uma *proxy* dos agricultores "sem terras" (ou com situação de controle temporário e incerto) é a soma do número de arrendatários, parceiros e ocupantes e que a reprodução incompleta seria mais comum aos estratos até 20 hectares, uma "faixa de precariedade" para a região do Piderp se situaria no intervalo aproximado de 19 mil a 70 mil estabelecimentos. De acordo com essas cifras, de 100 mil a 350 mil pessoas, pelo menos, dependeriam do mercado de trabalho para complementar a sua sobrevivência.

[7] Quanto muito se destina parte das áreas à produção de arroz ou de sementes selecionadas.

[8] Melão, uva, tomate industrial, alho, melancia, manga e outras "culturas de conservas" são as mais freqüentes nas áreas irrigadas do Nordeste.

realização de certas tarefas, a *dificuldade* ou *impossibilidade* de mecanização, dadas as peculiaridades agronômicas relativas a formas de crescimento, caracteres morfológicos e fisiológicos, fraca resistência a choques mecânicos da parte comercial, necessidade intrínseca do uso de certos insumos, maturação desuniforme e natureza de certos trabalhos (podas, desbastes, classificação, desbrotas, etc.). Nesses casos, esta pesquisa se inclina a admitir que provavelmente ocorreria um processo de modernização com maior grau de generalização – não só por necessidades inerentes aos cultivos, mas também pela redução do risco climático, proporcionando ao produtor a possibilidade de um comportamento menos conservador – e, relativamente às demais categorias de agricultores e serviços do projeto, um *maior recurso ao emprego de mão-de-obra* extrafamiliar. Em termos dinâmicos, esse é o único grupo que pode aspirar à condição de "produtor de tempo integral"; porém, como formam um grupamento diminuto, não é de se prever forte impacto nos salários, até porque, em último caso, o restante do sistema econômico regional poderia ajustar-se na direção de atividades pouco intensivas em mão-de-obra, a exemplo da pecuária. Essa última manifestação pode ser averiguada recorrendo-se à amostra de agricultores "com irrigação", apresentada em algumas tabulações, talvez se complementando com dados de composição da mão-de-obra de outras áreas – objeto de perímetros irrigados.

2. *Algumas peculiaridades do mercado de trabalho rural: fatores genéricos e específicos*

Um dos motivos da fixação do público-meta do Polonordeste em unidades até 200 hectares residiu, explicitamente, na sua presumível maior capacidade de ocupação de pessoal dentro do setor agrícola.[9]

Debates recentes sobre a modernização têm deixado como saldo que o estabelecimento considerado ideal para absorver o progresso técnico é aquele conduzido "basicamente" pela mão-de-obra familiar, sugerindo a facilidade do manejo da unidade de tamanho médio pela mão-de-obra familiar e, em decorrência, uma limitada contratação de mão-de-obra extrafamiliar, contrariando, em certa medida, o pressuposto do parágrafo anterior.[10]

Essa tese parece válida a largas parcelas do Brasil, porém necessita de melhor qualificação para certas categorias de agricultores e para certas pautas produtivas.

Em primeiro lugar a tese da "empresa familiar capitalizada sem o recurso crescente ao trabalho assalariado" parece *presentemente* mais compatível com certas

[9] Seplan e outros. *Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste; diretrizes para o planejamento*. Recife, 1978. p. 9. mimeogr.

[10] Mesmo nos casos onde prevaleçam unidades agrícolas de grandes dimensões, podem-se erguer, como barreira à elevação dos salários e do emprego, a mecanização ou o domínio ou substituição de culturas por atividades menos intensivas em trabalho. A faixa do público-meta do Programa Integrado de Desenvolvimento da Região do Paraguaçu (Piderp) de até 200 hectares, a julgar pelos dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e das exigências de mão-de-obra estimadas pelos órgãos de pesquisas e assistência técnica, é constituída de imóveis facilmente manejados pela mão-de-obra familiar. Os dados do FIBGE indicam, por um lado, que, nos estratos até 10 hectares, de 10 a 50 hectares e de 50 a 100 hectares, o emprego de mão-de-obra assalariada representa apenas 9,3%, 7,6% e 20,6%, respectivamente. Por outro lado, um exercício levado a cabo no IV Curso Internacional de Planejamento e Desenvolvimento Rural Integrado, realizado na Bahia, concluía que "A esperada expansão das atividades agrícolas dos 17.000 participantes (do Piderp) deverá aumentar o emprego da mão-de-obra familiar e melhorar os padrões de subsistência, aumentando, ao mesmo tempo, o ingresso de dinheiro através da produção comercializada. Levando em conta o modelo de desenvolvimento proposto, espera-se a geração de emprego na agricultura equivalente a 9.200 trabalhadores/ano. Deste total, 95% serão atendidos pela mão-de-obra familiar." (Seplantec. *Estudo de caso:* Piderp. Salvador, 1984. p. 155. Doc. 43).

pautas produtoras de grãos *integralmente mecanizados* ou *mecanizáveis*,[11] onde o emprego de trabalhadores extrafamiliares e a despesa correspondente com salários são extremamente reduzidos.[12] Para certos cultivos permanentes, embora o progresso tecnológico já disponha de protótipo ou do equipamento para uso comercial na colheita, em determinados casos dificilmente esse processo se difundirá generalizadamente em todas as regiões brasileiras, por conta de condições topográficas inadequadas,[13] particularidades climáticas e desuniformidade de maturação,[14] exigências das agroindústrias processadoras,[15] comportamento e residência da mão-de-obra familiar, forma de consumo do produto final e resistência aos choques provenientes do transporte, mecanização ou manuseio.

[11] O embrião dessa tese já estava visualizado por Lenin, V. I. *(O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.* São Paulo, Abril Cultural, 1982. p. 149) – quando admitia o decréscimo do número de operários assalariados agrícolas "(...) quando em todo o país a agricultura estiver inteiramente organizada segundo o modo capitalista e quando o emprego de máquinas estiver generalizado para as operações mais variadas". Em elaboração recente Goodman, D. *et alii* (Agroindústria, polfticas públicas e estruturas sociais rurais: análise recente sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política, 5* (4): 31-56, out/dez. 1985) ratificam que a produção em larga escala não está imutavelmente associada ao emprego em larga escala de mão-de-obra assalariada, insinuando a extensão da tese às lavouras permanentes de *mecanização incompleta* (café, laranja, cana, algodão), onde já se vaticina a mecanização das atividades de colheita, sugerindo que "(...) não existem barreiras tecnológicas insuperáveis (...)" para este tipo de progresso (Goodman et alii. op. cit. p. 45). Como se elaborará adiante, as pecularidades climáticas e a maturação desuniforme, as exigências das agroindústrias, as condições topográficas inapropriadas em algumas regiões, a escassa resistência ao choque de algumas culturas, a natureza de certas tarefas, a dramática queda de produtividade são fatores que poderão impor barreiras consideráveis à mecanização integral dessas e outras lavouras. Ainda que a ciência fosse capaz de superar todas essas barreiras, restaria a questão das agroindústrias, que prefeririam usar o seu equipamento de forma mais regularmente distribuída durante o ano (evitando o "repouso" constante da parcela fixa do capital constante), na tentativa de neutralizar os inconvenientes da perecibilidade que uma colheita temporalmente concentrada acarretaria e, assim, evitar imobilizar grandes quantidades de recursos na estocagem (muitas vezes "a frio") da matéria-prima e do produto final. Ademais, a colheita não é, via de regra, a fase que mais absorve mão-de-obra na horticultura. Vejamos um breve depoimento de um agrônomo especialista no assunto: "No atual estágio tecnológico da nossa olericultura, este fator (mão-de-obra) onera bastante o custo de produção, apesar do baixo custo do nosso trabalho rural. No Brasil há abundância de mão-de-obra rural muito barata, porém muito qualificada, ao contrário do que ocorre em outros países mais desenvolvidos. Daí se explica o pequeno interesse do nosso olericultor em substituir o braço humano pela moderna maquinaria agrícola." (Filgueira, F. A. *Manual de olericultura;* cultura e comercialização de hortícolas. São Paulo, Ceres, 1972). "Por outro lado a olericultura é muito mais exigente, em mão-de-obra, do que as grandes culturas de campo, havendo operações que dificilmente poderão ser mecanizáveis, tais como: tutoramento, desbrote, desbaste, etc. Além disso, os nossos agrônomos de campo, mais humanos que tecnocratas, não forçam a adoção de uma tecnologia capaz de reduzir, substancialmente, a mão-de-obra utilizada." (Filgueira, F. A. op. cit. p. 162). Ainda que tudo isto fosse sobrepujado pela ciência, será que a longo prazo a racionalidade econômica não poderia até promover uma volta às operações manuais? Lenin, V. I. (op. cit), a propósito, revelava: "a existência desse exército de reserva (criado pelas máquinas na Nova Rússia) provocou uma baixa tão significativa dos preços do trabalho que, em 1985, numerosos proprietários, possuidores de máquinas, preferiam fazer suas colheitas à mão. Nenhum raciocínio poderia mostrar, mais nítida e eloqüentemente, a profundidade das contradições inerentes à utilização capitalista das máquinas". (Lenin, V. I. op. cit. p. 150).

[12] Enquanto em "explorações capitalistas" da região cacaueira da Bahia o trabalho assalariado perfazia 79,3% do trabalho total em estabelecimentos de até 20 hectares (Rezende, G.C. de. Mercado de trabalho, crescimento econômico e salários rurais no Brasil. In: Anpec. XII Encontro Nacional de Economia. São Paulo, Anpec, 1984) as despesas com salários nos cultivos integralmente mecanizados – casos do trigo e soja, por exemplo – não atingem 10%, segundo estimativas da Fecotrigo (Custo da produção: lavouras em sucessão. *Trigo e Soja, 23:* 2-23, jul. 1977).

[13] Caso da região cacaueira da Bahia.

[14] De que é exemplo o café na Bahia. O clima das áreas cafeeiras baianas impõe várias floradas e frutificações, impedindo a colheita pelo método da derriça. Nessas condições, a natureza torna compulsória a *colheita a dedo, com catação normal em vários repasses.* Em caso de emprego de colheitadeira no cafezal, a taxa de perda de produtividade e de qualidade da terra seria substancial pela colheita de frutos ainda "verdes" e "passados".

[15] Quanto à produção escalonada, melhor uso do equipamento e pequena imobilização de capital na estocagem de matérias-primas e produtos finais, comparativamente ao caso em que a colheita fosse feita de uma só vez.

Nos cultivos hortícolas, que normalmente figuram no elenco de produtos das áreas irrigadas e nele dominam, há especificidades morfológicas e tipos de crescimento que dificultam ou impedem a entrada de máquinas, além de tarefas que só o homem pode executar, num prazo muito exíguo e de forma repetida. Isso se exprime em demandas de mão-de-obra cerca de quatro a 40 vezes superiores às requeridas por grãos tradicionais (feijão, milho, etc.) da área de sequeiro do Programa Integrado de Desenvolvimento da Região do Paraguaçu (Piderp), e está muito acima das possibilidades da mão-de-obra familiar. Um caso típico é o tomate industrial. Mesmo que o *crescimento ereto* fosse indicado para permitir o ingresso de máquinas, a geração de tutoramento teria de ser feita para o amarrio e sustentação das plantas em pé,[16] o que implicaria o uso de elevado contingente de mão-de-obra. Sua maturação é desuniforme e a colheita tem de ser manual e em vários repasses. A classificação do fruto por *diâmetro de peneira* poderia ser levada a cabo mecanicamente, mas a fragilidade dos frutos aos choques danificaria e afetaria a sua qualidade. Finalmente, a *multiplicidade de safras* magnificaria, relativamente à demanda de mão-de-obra, uma hipótese parcialmente diferente daquela aplicada ou referida à produção de grãos, no tocante ao (maior) recurso ao trabalho extrafamiliar. Firmada a melhor adequação do estabelecimento familiar, cabe indagar as razões segundo as quais o grande estabelecimento não seria a paisagem dominante no setor rural.

A especificidade do processo de trabalho rural seria a primeira delas. Há um problema de defasagem entre o tempo de trabalho e o tempo de produção, ditado por contingências biológico-naturais, fazendo com que o capital aplicado no campo permaneça razoáveis períodos "em repouso". A dispersão espacial da mão-de-obra, dificultando a fiscalização, associada à desuniformidade dos recursos naturais (o que impede o estabelecimento de padrões de produtividade) e o transporte de materiais de baixo valor – em relação ao seu peso e volume – são fatores adicionais a limitar o avanço da grande exploração, sem contar a dificuldade de se atingir a taxa de lucro médio e a imobilização de capital na aquisição de terras, a qual importaria na subtração de capital que poderia ser aplicado na esfera produtiva.

Contudo, há espaços reservados à grande unidade agrícola cuja permanência seria explicada pela política de incentivos fiscais, na integração vertical com a agroindústria monopolista, em terreno de elevada fertilidade, no controle tecnológico e implantação do "sistema de fábrica", na posse como "reserva de valor" e no legado fundiário, acarretando, freqüentemente, a concentração fundiária das regiões onde tais particularidades incidem.

Nessas circunstâncias, autores norte-americanos, de reconhecida influência na formulação das políticas de desenvolvimento rural, admitem também efeitos adversos na renda, no emprego, nos salários e na distribuição fundiária, decorrentes do poder monopolista que o grande latifundiário pode exercer, tanto no arrendamento da terra quanto na contratação de empregos, condições essas difíceis de modificar, exceto através de reforma agrária, distributiva.[17] "Numa situação em que os grandes proprietários de grandes fazendas podem agir como monopolistas, os camponeses da área provavelmente acharão difícil alugar terra para ampliar

[16] A passagem das máquinas encontraria raízes adventícias superficiais e reduziria a produtividade por hectare.

[17] Johnston, B. F. & Kilby, P. *Agricultura e transformação estrutural;* estratégias econômicas de países em desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 192.

suas pequenas propriedades e permanecerão, por conseguinte, sob forte pressão para trabalhar por salários extremamente baixos."[18]

Esses salários monetários, por sua vez, podem ser drasticamente rebaixados e não obedecer, inclusive, ao referencial das necessidades de subsistência, porquanto parte desta já estaria assegurada pela parcela da produção própria autoconsumida. Em propriedades onde vigoram os esquemas de parceria, "graças à divisão dos gêneros alimentícios ou à permissão dos cultivos de subsistência, o salário pode descolar-se das necessidades de reprodução da força de trabalho segundo as conveniências da reprodução do capital".[19] Em estabelecimentos de *reprodução incompleta*, os membros da família se assalariam já com partes de suas necessidades de sobrevivência cobertas pela própria produção agrícola de subsistência, facultando aos grandes proprietários, em tese, a possibilidade de fixar o nível de remuneração por baixo do "nível de subsistência". Segundo De Janvry,[20] esse seria o objetivo econômico dos projetos aqui analisados, ou seja, longe de aumentar o valor da diária, o programa visaria baratear a força de trabalho do minifúndio.

Seja este ou não o objetivo perseguido, há, no entanto, limites concretos à capacidade de arbitrar remunerações por parte do empregador, seja em função da crescente unificação dos mercados de trabalho urbano e rural, seja pela política trabalhista e salarial do governo, e pela força dos trabalhadores (e sindicatos), pela sua instrução e qualificação, e pela demanda da mão-de-obra de um modo geral.

Com o advento e predominância do trabalhador temporário na agricultura brasileira, e sua conseqüente não-residência, e mobilização entre a cidade e o campo, lhe é facultado o acesso àquele mercado de trabalho, no qual os pisos mínimos legais são mais respeitados. Um impulso expansionista na economia se reflete no mercado de trabalho e, normalmente, se transmite à área rural, que tem de concorrer com a força de trabalho residente no meio urbano mais próximo, que agora se acha mais informada sobre o mercado de trabalho, ocupações e salários.[21] Daí que, na determinação dos salários para todos os estados brasileiros, Gasques[22] obteve indicações de que o salário do trabalhador temporário, a educação, o salário mínimo na agricultura e o salário não-agrícola eram os fatores mais importantes a afetar os salários rurais. Desse modo, o estudo sugere que o desenvolvimento do setor não-agrícola é crucial na elevação do salário rural, pois boa parte da mão-de-obra é residente no setor urbano e/ou presta serviços nos dois setores – conforme as oportunidades de trabalho, ou é migrante temporal.

[18] Id. ibid. p. 192.
Os agricultores do Piderp que trabalham em terras de terceiros, os "anuídos", além de beneficiar o terreno, "têm outra obrigação a cumprir: plantar capim antes ou após a colheita; trabalhar por diária mais barata; tomar conta da propriedade; entregar parte da produção ao proprietário; pagar arrendamento em dinheiro" (Seplantec. *Estudo especial sobre carta de anuência*. Salvador, 1983. p. 17. mimeogr.)

[19] Brant, V. C. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. *Estudos Cebrap*. São Paulo, Edições Cebrap, n. 19, p. 37-91, jan./mar. 1977.

[20] De Janvry, A. The political economy of rural development in Latin America an interpretation. *American Journal of Agricultural Economics*, 57(3): 490-9, Aug. 1975.

[21] Sampaio, Y. & Ferreira, Irmão, J. *Emprego e pobreza rural*. Recife, Curso de Mestrado/Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia, 1977. (Série Pesquisa, 7.)

[22] Gasques, J. G. *Uma análise dos fatores que afetam os salários na agricultura*. São Paulo, IPE/USP, Tese de Doutorado, 1981.

2.1 Condicionantes regionais do mercado de trabalho rural e desenho do programa programa

A estrutura agrária regional tende a contornar essa influência do setor não-agrícola através de estratégias de "ajuda mútua não-remunerada", retorno dos migrantes, intensificação do trabalho familiar, ou de formas de remuneração ou de subordinação, de sorte a rebaixar o valor monetário dos salários, via de regra por intermédio de pautas produtivas economizadoras de trabalho, com a pecuária.[23] Na região aqui examinada a área com pastagens, além de perfazer mais de 90% das terras, experimentou um crescimento de quase 3% ao ano, ao passo que a área de culturas temporárias cresceu anualmente 0,9%, em 1975-80.

Além da pecuária promover alterações na estrutura fundiária por anexações de estabelecimentos, aumentando o número de "sem-terras", a região do Paraguaçu[24] não encontra, da parte do programa, predisposição para propiciar terra a esses agricultores e aumentar a abrangência de sua atuação.

Evidentemente, um aumento significativo do custo da mão-de-obra só ocorreria se parte substancial da massa rural tivesse a possibilidade de trabalhar, por conta própria, em condições bem mais favoráveis que as atualmente verificadas nos minifúndios. Só assim se criaria o "agricultor de tempo integral" e se configuraria a escassez de mão-de-obra pretendida no Projeto Nordeste e objeto de menção em Tendler.[25] Isso seria viabilizado pela universalização dos benefícios do programa, estendendo-se também aos "sem-terras".

Tendler[26] revela que o Banco Mundial considerou a maioria dos seus novos projetos rurais como não sendo dirigidos ou capazes de ter um impacto direto sobre os pobres "sem-terra", em razão da crença em efeitos indiretos, pela menor disponibilidade de tempo dos agricultores beneficiados para o trabalho alugado, junto aos "senhores de terras", e o conseqüente aumento do valor da diária agrícola. "Não apenas melhora a renda dos beneficiários do projeto, como também os salários de todos os trabalhadores na área envolvida por ele aumentam, em conseqüência do fato dos beneficiários do projeto haverem retirado do mercado sua mão-de-obra alugada."[27] Este ganho – acredita o Banco Mundial – pode ser mais significativo do que os ganhos obtidos pelos beneficiários diretos do projeto, uma vez que estes geralmente representam apenas uma minoria da pobreza rural.[28] E dificilmente não poderiam ser maioria, pelo caráter compensatório da intervenção e pela oposição que provocaria entre os grandes fazendeiros,[29] que teriam seus custos aumentados e seu controle sobre a mão-de-obra diminuída.[30]

[23] Mahar, J. D. *(Desenvolvimento econômico da Amazônia;* análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1978 – Coleção Relatório de Pesquisa, 39) informa que a fazenda típica de pecuária do Pará tem apenas dois administradores e dois ou três vaqueiros para cada 1.000 hectares de pasto.

[24] A Bacia do Rio Paraguaçu compõe-se de 69 municípios e ocupa uma área de 79.786 km^2, representando mais de 14,0 % da área global do estado, com uma população de 1.500.000 habitantes, que representava 19% da população estadual em 1970.
Abrange a porção Centro-Oriental do estado da Bahia, estando localizada a leste da Chapada Diamantina, ao sul da Bacia do Rio Itapicuru e ao norte da Bacia do Rio de Contas. A leste, é limitada por bacias de rios que diretamente desembocam no Oceano Atlântico e nela estão localizados os principais rios que atravessam o recôncavo baiano.

[25] Tendler, J. op. cit.

[26] Id. ibid.

[27] Id. ibid. p. 23.

[28] Id. ibid. p. 23.

[29] Id. ibid. p. 24.

[30] A despeito da existência de algo próximo a 70 mil estabelecimentos nos estratos de *reprodução incompleta* e de cerca de 200 mil na faixa de até 200 ha, o Piderp programou ações plurianuais (1978 a 1982) para um público de 17 mil agricultores, tendo atingido, no ano de cobertura máxima, somente oito mil produtores.

A probabilidade consubstanciada na expectativa de ganhos mais significativos que os auferidos pelos beneficiários diretos, geralmente uma "minoria da pobreza rural", simplesmente não existe pela simples razão da inexpressividade do contingente diretamente incorporado. No Nordeste haveria uma razão adicional a refutar esse impacto direto, que se manifesta nas secas periódicas, com a frustração das colheitas, quedas dramáticas na absorção de mão-de-obra que acorre, acrescida ao mercado de trabalho, impedindo a repercussão nos salários. Um efeito adicional do espectro das secas sobre as relações de trabalho assalariado é que o risco climático, que delas resulta, favorece a vigência de alguns arranjos "socializadores de custos, perdas e riscos", como a parceria ou arrendamento, cuja marca é a escassa presença de relações monetárias, que, quando existentes, são freqüentemente subpactuadas.

A seca e a precariedade da economia dos pequenos estabelecimentos, ao inviabilizarem o provimento da subsistência da família, obrigam alguns de seus membros à estratégia compulsória (e indispensável para evitar a completa e literal dissolução do estabelecimento) de demandar trabalho em terras de terceiros e/ou uma ocupação assalariada externa, quando se aprofundam os laços de dependência com o mercado de trabalho. A força de trabalho dos minifúndios (...) acha-se repartida entre o Setor de Subsistência e os Setores de Mercado, apresentando-se esta repartição de duas maneiras: a) os trabalhadores se ocupam durante parte do ano no Setor de Subsistência e, durante outra parte do ano, integram os Setores de Mercado; b) parte da Força de Trabalho (FT) se integra nos Setores de Mercado e outra parte permanece no Setor de Subsistência.[31] A hipótese adotada no presente trabalho é que ambas as estratégias são percorridas pelos pequenos agricultores, ou seja, é patente simultaneamente a existência de membros da família em *migração permanente* e em *migração temporária,* sazonal, provocadas por adversidades climáticas e econômicas e restrições em um dos fatores de produção ou limitações ao crescimento da produção agrícola.[32]

Daí em diante, muitos autores sugerem uma trajetória na qual "(...) aumenta a proporção dos trabalhadores rurais que necessitam viver somente, *ou em maior proporção que antes,* do assalariamento. Com isso os salários rurais devem *aumentar* e o setor de subsistência vai perdendo paulatinamente sua função de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho".[33] Vista de forma linear essa formulação apontaria para a inevitável expropriação completa da unidade camponesa, quando se sabe que é justamente o recurso a essas ocupações – coadjuvado pelo esporádico ou tímido apoio estatal – que permite a sua manutenção enquanto tal, ainda que em condições instáveis e precárias.[34]

Finalmente, essa necessidade estrutural de migração, bem como as exigências quase inexistentes de qualificação da mão-de-obra para um punhado de tarefas agrícolas, colocam em cena o trabalho feminino e infantil, geralmente sub-remunerado, embora de produtividade muitas vezes equivalente à do trabalhador masculino. É que está arraigado à nossa cultura o caráter subsidiário e complementar da remuneração e a imagem de inferioridade física das mulheres e menores.[35] Esse é

[31] Singer, P. *Economia política do trabalho*. São Paulo, Hucitec, 1980 p. 93.
[32] Sampaio, Y. & Ferreira Irmão, J. op. cit.
[33] Souza, P. R. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo, Hucitec, 1980 p. 51.
[34] Não só com esses programas, mas também com as frentes de trabalho, anistia creditícia, aposentadoria, Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalho Rural (Funrural), etc.
[35] Sampaio, Y. & Ferreira, J. op. cit.

novamente um fator a conspirar contra a alta dos salários monetários e que contribui para perpetuar a pobreza.

Diante da argumentação anteriormente apresentada, e considerando a estrutura fundiária concentrada da região do Piderp, a insignificante cobertura e área irrigada programadas[36] e a legitimação da pecuariazação extensiva, parece plausível esperar uma repercussão modesta no valor da diária agrícola e no emprego assalariado. Se houver dinamismo no mercado de trabalho, provavelmente serão outras as atividades a influenciar tal tendência. Verificar esses resultados da implementação do Programa é o objetivo do presente estudo e é a tarefa de que tratará a próxima seção, partindo de dados de um PDRI baiano, o Piderp.

3. *A incorporação indireta*

3.1. A absorção de mão-de-obra e os salários

O objetivo desta seção é contribuir para o teste de validade da hipótese segundo a qual o valor da remuneração da mão-de-obra rural deve aumentar na vigência do projeto. Os formuladores do programa defendem invariavelmente tais intervenções como capazes de absorver mão-de-obra não-diretamente incorporada.[37]

O Projeto Nordeste, ora em fase de negociação (março de 1985), prevê uma criação indireta de empregos. "Estima-se que dois milhões de famílias poderão ser atendidas no prazo de 15 anos. Espera-se que as 800 mil famílias restantes sejam incorporadas a outras atividades rurais ou urbanas, tendo em vista o impacto indireto do programa na criação de empregos."[38] No particular a iniciativa permitiria, na visão de seus autores, contribuir, "através da criação de escassez relativa de mão-de-obra, para aumento dos salários reais e a melhoria da distribuição de renda, com alargamento do mercado das demais regiões".[39] Em outras palavras, a intervenção programada teria poderosos efeitos de irradiação em decorrência de sua implementação, expectativa presente em muitos documentos do Polonordeste.

Conforme menção anterior, o próprio Banco Mundial reconhece que a orientação dos PDRI se encaminha na direção dos "pobres rurais", enquanto produtores.[40] Na medida em que eles melhorem a sua produção com os Projetos do Banco Mundial, podem tornar-se menos disponíveis para os "senhores de terras" como empregados e "passarão" maior parcela do tempo em suas terras, com o que haveria um aumento do valor da diária do trabalhador na área do Projeto. A própria autora, Tendler,[41] porém, mostra-se comedida em admitir um impacto significativo nos salários, já que admite a possibilidade dos grandes fazendeiros diminuírem os

[36] Para o período 1978 - 82, programou-se no ano de máxima cobertura – 1982 – atender aproximadamente quatro mil estabelecimentos e somente 225 agricultores praticantes da agricultura irrigada.

[37] A réplica a esse argumento pode ser utilizada para evitar investidas dos grandes proprietários no sentido de sustentar a "provável" desorganização do mercado de trabalho sob os auspícios dos programas para a pequena produção. Em meados de 1985, o presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) definia as "incongruências" do primeiro Plano de Reforma Agrária. Entre elas havia a alegação da pretensão de "(...) transformar em proprietários rurais sete milhões de trabalhadores, parceiros e arrendatários, que obviamente se dedicarão a culturas de subsistência, deixando de participar do processo de produção de alimentos no país. E quem substituirá os trabalhadores nos grandes empreendimentos rurais do país? (...)" indagava o representante maior da CNA (*Gazeta Mercantil*, 30 de maio 1985). Essa analogia pode ser transladada para os programas destinados à agricultura de baixa renda no Nordeste.

[38] *Projeto Nordeste*. 1984. p. 22.

[39] Ibid. p. 21.

[40] Tendler, J. op. cit.

[41] Id. ibid.

cultivos e/ou alterarem a composição na direção de atividades de menor intensidade de mão-de-obra. Ainda que houvesse um aumento real de salários, restaria indagar qual atividade teria mais influenciado o incremento – se o Polonordeste, o café, a pecuária – e avaliar o nível absoluto da remuneração. Por outro lado, no caso da mão-de-obra temporária, permanece o problema do número de dias-objeto de sua contratação, via de regra períodos curtos na fase de colheita, não podendo ser tomada como indicador confiável dos níveis de remuneração no campo.

Os dados disponíveis para a área do projeto estão na tabela 1 e merecem alguns comentários. Em primeiro lugar, parece claro ter havido um aumento real do valor da diária agrícola se se toma o ano de 1974 como referência. O primeiro ano de implementação foi, contudo, 1976, e, nesse caso, os dados sugerem uma queda de salário real nos dois primeiros e nos dois últimos anos da série (1981 e 1982), evento que se repetiu no caso da mão-de-obra mensalista. Chama atenção nos dois casos, e sobretudo nos últimos anos referidos, o baixo valor da remuneração se comparada ao salário mínimo legal. No entanto, o primeiro resultado poderia, aparentemente, estar respaldando a hipótese dos formuladores e financiadores do programa, exigindo, por conseguinte, uma breve menção acerca da natureza do mercado de trabalho rural e uma tentativa de quantificação da mão-de-obra contratada (relativamente à mão-de-obra familiar), além duma identificação das prováveis atividades responsáveis pelo fenômeno.

O objetivo do presente estudo não é, evidentemente, elaborar uma teoria dos fatores que afetam os salários na agricultura, nem fazer uma exaustiva revisão bibliográfica a respeito. Pelo menos dois trabalhos parecem sintetizar bem esse intento, o de Gasques[42] e o de Rezende.[43]

Tabela 1
Índices dos salários rurais e equivalência
com o salário mínimo, região do Paraguaçu, Bahia,
1974-82 – 1º sem.

Anos	Índice salário real		Remuneração (Em salário mínimo do ano)	
	Mensalista e Eventual		Mensalista	(Eventual mensalizado)
1974		100		0,98
1975		137		1,18
1976		146		1,22
1977		143		1,21
1978	100	127	0,92	1,05
1979	108	159	0,98	1,30
1980	161	172	1,52	1,46
1981	90	134	0,90	1,19
1982	85	115	0,83	1,00

Fonte: FGV/IBRE/CEA (dados de preços médios de salários e serviços). Cálculos do autor.

[42] Gasques, J. G. op. cit.
[43] Rezende, G.C. de. *Mercado de trabalho, crescimento econômico e salários rurais no Brasil.* In: Anpec-XII Encontro Nacional de Economia. São Paulo, Anpec, 1984.

Estudando os determinantes dos salários para todos os estados brasileiros, Gasques[44] obteve indicações de que o salário do trabalhador temporário, a educação, o salário não-agrícola e o salário mínimo na agricultura eram os fatores mais importantes a afetar os salários rurais. Não obstante a constatação da elevação dos salários reais, "ainda resta o problema de que a maior parte da força de trabalho na agricultura permanece numa situação de extrema pobreza,"[45] uma vez que seu nível de remuneração se encontra abaixo do salário mínimo.

De outro lado o estudo sugere que o desenvolvimento do setor não-agrícola é crucial na elevação do salário rural, pois boa parcela da mão-de-obra é residente no setor urbano e/ou presta serviços nos dois setores – conforme as oportunidades de trabalho – ou é migrante temporal.

Rezende[46] encontrou uma elevação inequívoca dos salários rurais na primeira metade dos anos 70, com tendência à queda a partir de 1983. É certo que houve, no final dos anos 60 e durante toda a década seguinte, uma substituição do emprego permanente pelo trabalho temporário, cuja demanda, via de regra, incide, muitas vezes, nas mesmas épocas em que o trabalhador volante em potencial se encontra ocupado em sua propriedade ou em terras arrendadas a terceiros.

Adicionalmente, as desvantagens do emprego eventual afastam do mercado de trabalho a mão-de-obra mais competitiva, não obstante possa a ele retornar desde que seja melhor recompensado. Rezende[47] acredita que dificilmente isso ocorreria, dada a concorrência permanente de outras fontes de mão-de-obra. As fontes dessa mão-de-obra são membros de famílias urbanas, trabalhadores, inclusive "principais" de famílias de pequenos produtores[48] e trabalhadores "menos competitivos", que se mantêm no mercado de trabalho rural e no mercado urbano de baixa produtividade. É de se notar que a mão-de-obra infantil e feminina pode também acorrer ao mercado de trabalho.

A hipótese a se veicular é que a ampliação de oportunidades nos mercados formais de trabalho deve-se transmitir ao mercado de trabalho rural. "No meio urbano, parte dos trabalhadores 'principais', até então bóias-frias, devem ter podido mais facilmente transferir-se para empregos não-agrícolas, e alguns dos trabalhadores 'secundários' devem ter ficado menos compelidos à complementação da renda familiar. Por sua vez, a ampliação geral das oportunidades econômicas certamente também levou a um deslocamento, para a esquerda, da curva de oferta de trabalho assalariado por parte de algumas das famílias de pequenos agricultores: se não fora por aumento da renda no próprio estabelecimento, com toda a certeza, graças à opção da migração rural-urbana (...) e à grande redução, referida antes, no número e na área de pequenos estabelecimentos.[49] Simultaneamente, a demanda de trabalho temporário aumentava vertiginosamente, exercendo fortes pressões sobre os salários dos diaristas. De acordo com este modelo, naquela conjuntura de três anos de recessão econômica (1981/82/83) seria de se esperar, em razão da

[44] Gasques, J. G. op. cit.
[45] Id. ibid. p. 123.
[46] Rezende, G. C. de. op. cit.
[47] Id. ibid.
[48] Muitos assalariados temporários são *membros subempregados* ou sazonalmente desempregados de famílias de pequenos agricultores. Estes trabalhadores muitas vezes se utilizam de uma estratégia de múltiplos empregos rurais e urbanos para obter a sobrevivência e a reprodução social. Ver Saint, W. S., Mão-de-obra volante na agricultura brasileira: uma visão de bibliografia. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, Ipea, *10* (2): 503-26, ago. 1980.
[49] Rezende, G. C. de op. cit. p. 986.

mobilidade do trabalho, a queda dos salários rurais, tendências constatadas pelo autor. Idêntico movimento foi percebido no Vale do Paraguaçu.

No caso particular da área do Piderp, foram constatados os avanços da pecuária, do café, além do Polonordeste. As estimativas da CAR[50] consideram um incremento na área cultivada "por conta" do Piderp de aproximadamente 15 mil hectares (tabela 2) e as possibilidades de novas ondas de crescimento extensivo parecem limitadas em face do esgotamento da "fronteira interna",[51] havendo, todavia, um potencial alternativo de expansão da área cultivada agregada, já que somente cerca de 14 mil produtores, de um total de quase 70 mil existentes na área, eram beneficiados pelo projeto.

Tabela 2
Acréscimo de área cultivada e de produção no Piderp, no período 1976-81

Produto	Acréscimo total (ha)	Acréscimo produção (t)
Milho	2.940	1.614
Feijão	3.724	1.668
Mandioca	5.978	6.946
Fumo	588	243
Mamoma	882	398
Arroz	266	262
Alho	206	170
Cebola	150	205
Tomate	150	1.180
Total	14.884	12.686

Fonte: CAR/Seplantec. *PDRI – Paraguaçu:* relatório de avaliação. Salvador, 1982. mimeogr.

Por outro lado, os dados da tabela 3 parecem confirmar as teses segundo as quais são as outras atividades que vão determinar a dinâmica e o caráter das transformações que se processam nas áreas de atuação do Polonordeste. Este é "responsável" por pouco mais de um quarto da ampliação da área de culturas temporárias, sendo que as demais atividades adicionaram uma área 14 vezes maior àquela propiciada pelo Piderp. Esse argumento por si já é suficiente para relativizar a contribuição dos PDRI na demanda de mão-de-obra e nos salários. O Instituto Brasileiro do Café (IBC) e os órgãos de extensão e pesquisa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia (Epaba) estimaram algo com 53 jornadas para todas as operações (do preparo de solo ao beneficiamento) do consórcio de um hectare de feijão e milho, e cerca de 52 jornadas para a mesma área de café. A aplicação desses coeficientes resultaria numa oferta de empregos de quase 135% a mais na cafeicultura, em relação às duas culturas antes mencionadas. Assim, o café teria, com grande probabilidade, exercido maior efeito relativo nos salários.[52]

[50] CAR/Seplantec. PDRI. Paraguaçu: relatório de avaliação. Salvador, 1982. mimeogr.
[51] "(...) a menos que se incorporem técnicas ou tecnologias, tais como a irrigação, dificilmente será possível atingir incrementos maiores de utilização da terra" (CAR/Seplantec, 1982. p. 173).
[52] No período/1978-80 – a Bahia implantou 47 milhões de covas de café, das quais mais da metade (27 milhões) só na Chapada Diamantina, que abriga municípios do Paraguaçu. É também possível que isto seja um

Tabela 3
Acréscimos das áreas de lavouras temporárias, café e pastagens desde o início do projeto até 1980-81, Piderp, Bahia

Atividade	Incremento (ha)	Período
1. Pastagens plantadas	169.754	1975-80
2. Café	35.327[1]	1975-81
3. Lavouras temporárias	53.314	1975-80
4. Lavouras "por conta do Polonordeste"	14.884	1976-81

Fonte: FIBGE, IBC e CAR/Seplantec.

[1] Considerou-se uma população cafeeira de cerca de 59 milhões de covas e admitiu-se um espaçamento de 4 m X 1,5 m, o que dá 1.666 covas por hectare.

A pergunta que ainda subsiste é se, em termos do reduzido público atendido (em relação ao público potencial), o projeto teria acarretado expressivas alterações na relação "mão-de-obra assalariada sobre mão-de-obra total"; em outras palavras, a proletarização (e a "capitalização") *stricto sensu* se generalizou entre o público do Piderp?

De um modo geral a proporção de mão-de-obra assalariada aumentou (mas isto pode ser um fenômeno efêmero pela transitoriedade da base produtiva) para os produtores que receberam crédito (tabela 4), mas até o tamanho de um módulo regional (30 hectares), essa relação não ultrapassou um terço da mão-de-obra total e o que se observa é que, salvo poucas exceções, o padrão não tende a ultrapassar 200 jornadas anuais de trabalho por estabelecimento. Por essa razão pareceria estranho que famílias, com média de cinco a oito membros, contratassem mão-de-obra, ou seja, ainda que apresentassem alta relação homem/terra, os estabelecimentos estariam recrutando alguma mão-de-obra.

Há quem postule inclusive que as propriedades, ao aumentarem o emprego de trabalho assalariado, estariam se "capitalizando", ou seja, o trabalho assalariado seria o único indicador de capitalização. Ocorre que, muitas vezes, e particularmente nos menores estabelecimentos, há simultaneamente a liberação de mão-de-obra para complementar a renda familiar e o recrutamento de mão-de-obra assalariada para substituí-la. Ou seja, esse tipo de conceituação pode, no limite, levar a simultaneamente duas interpretações: de um lado afirma a capitalização dos estabelecimentos que contratam mão-de-obra assalariada, independentemente de terem ou não, compulsoriamente, membros no mercado de trabalho. A incorporação dessa última circunstância pode acarretar conclusão oposta, passando a unidade produtiva a ser classificada como camponesa e seu titular como camponês ou mesmo semiproletário.[53] Aliás, é exatamente isso que parece ter ocorrido com os três

dos fortes motivos para a ascensão súbita do salário real da mão-de-obra nesse período (tabela 1). Apenas um povoado do maior município cafeeiro da região (Utinga) apresentava uma proporção de 78% da população residente há menos de cinco anos, relativamente à população total, o que indica atração pelo café e escassez relativa de mão-de-obra no local. Da população residente não-nascida no povoado, 93% procedia das áreas próximas, particularmente da vizinha região de Irecê.

[53] Ferreira Irmão, J. *Diferenciação econômica e estrutura de classe na agricultura sertaneja.* In: Anpec – XII Encontro Nacional de Economia. São Paulo, Anpec, 1984.

Tabela 4
Proporção (em %) da mão-de-obra assalariada segundo tamanho de área e categoria do produtor, Piderp, 1981

Categoria e tamanho de área (ha) 100		Número de dias de mão-de-obra assalariada / Número de dias de mão-de-obra total			Desvio - padrão
		[1]	(NS)	[2]	
	* 0 — 5	3,3			8,1
	(NS) 5 — 15	16,4			32,3
	(NS)15 — 30	11,3			18,4
Sem	(NS)30 — 40	8,5			9,9
serviço	(NS)40 — 50	–			–
	(NS)50 e +	34,2			31,6
	Média	6,4			
	0 — 5	28,8	(NS)		31,9
	5 — 15	22,6			23,3
	15 — 30	25,6			28,5
Com	30 — 40	36,1			33,3
crédito	40 — 50	25,2			30,7
	50 e +	31,9			29,2
	Média	26,4			
	0 — 5	16,7	(NS)	24,5	30,1
	5 — 15	21,5		33,4	23,4
	15 — 30	30,3		34,6	22,9
Com	30 — 40	30,9		51,4	28,3
irrigação	40 — 50	22,9		46,0	27,4
	50 e +	0,0		0,0	-
	Média	20,7			

Fonte: CAR/Seplantec. Cálculos do autor.
[1] Considerando todas as unidades produtivas.
[2] Considerando só as unidades que contrataram trabalho assalariado.

Obs.: a) De 0 - 5ha a 50 e + ha são intervalos de tamanho de estabelecimento considerados para as três categorias ("Sem serviço", "Com crédito" e "Com irrigação").

Sem serviço 0 - 5 ⋮ 50 e +

Com crédito 0 - 5 ⋮ 50 e +

Com irrigação 0 - 5 ⋮ 50 e +

b) As letras à esquerda dos intervalos (*ou NS) representam a comparação entre os *mesmos* intervalos de cada categoria. Ex: o asterisco no intervalo 0 - 5 significa que há *diferença significativa* entre os números 3,3, 28,8 e 16,7.

c) A coluna 2 só é referida à categoria "Com irrigação".

d) As letras à direita representam a comparação *dentro* de cada categoria. NS significa diferenças não-significativas. *Essas explicações valem também para o quadro 7.*

primeiros estratos, onde o "trabalho líquido contratado" se apresentou negativo e a venda de força de trabalho sobrepujou a contratação nessas unidades (ver tabela 5).

Tabela 5
Venda e compra de força de trabalho na área do Piderp, segundo estratos de área, 1981 (em dias de trabalho)

Estratos de área	Dias de trabalho				
	Venda	Compra	"Compra líquida"		
	[1]	[1]	[1]	[2]	[3]
0 – 5	269	5	-264	-308	+ 33
5 – 15	180	5	-175	- 34	+ 75
15 – 30	33	14	- 19	- 33	+134
30 - 40	-	5	+ 5	- 1	+131
40 - 50	-	-	-	275	+150
50 e +	-	43	+ 43	+ 88	0

Fonte: Dados da CAR/Seplantec. Cálculos do autor.
[1] Sem serviço.
[2] Com crédito.
[3] Com irrigação.

Sinal negativo: a fazenda vende mais força de trabalho do que contrata.
Sinal positivo: a fazenda contrata mais mão-de-obra do que vende.

A hipótese para a não-utilização de parte da mão-de-obra familiar e contratação de reduzida proporção de trabalhadores assalariados parece ter suas raízes na necessidade de complementação de renda dos menores estabelecimentos e saída de alguns membros para assalariar-se, restando a opção para o recrutamento de mão-de-obra de fora da unidade produtiva. No caso do local de trabalho estar próximo de suas roças é possível que alguns trabalhadores retornem para as fases de preparo do solo e colheita.[54] Uma hipótese adicional estaria vinculada à existência (ou não) de alternativas de trabalho (mais duradouro que o "autônomo") nas proximidades das roças ou nos locais de destino da emigração. Nesse sentido, o local que dispuser de maiores oportunidades possivelmente tenderá a exercer maior poder de retenção/atração sobre a mão-de-obra empregada.[55] As informações de técnicos da Cia. de Ação Regional (CAR) dão conta de que em Itaberaba, cidade mais próxima de Feira de Santana e Salvador, por não apresentarem centros locais de atração, com culturas que absorvem grandes contingentes de assalariados que permitam substituir as cidades, os contingentes subempregados continuam à procura de trabalho ou se mantêm nos empregos de baixa qualificação já conseguidos.[56] Estaria vigorando, portanto, a tese de que as necessidades e oportunidades de emprego fora do estabelecimento criariam a possibilidade para alguma contra-

[54] CAR/Seplantec. op. cit. p. 44.
[55] Essa hipótese, porém, deve estar condicionada à presença de condições de produção extremamente precárias no estabelecimento próprio.
[56] Na subárea do Seabra (localizada na região de Paraguaçu) constatou-se o inverso, possivelmente em razão da cafeicultura implantada em Utinga. Isso reforça a hipótese da maior representatividade relativa do café na absorção de mão-de-obra.

tação de mão-de-obra assalariada, temporária, embora a força de trabalho familiar detenha, de longe, o predomínio e, com isso, o avanço da proletarização *stricto sensu*.

3.2 A agricultura irrigada

Os agricultores irrigantes se desviam desse cenário?

A análise das relações de trabalho assalariado é importante, para alguns autores, do ponto de vista da dinâmica das relações sociais e do caráter e direcionamento dos conflitos rurais. Do ângulo deste estudo, o interesse imediato se radica na possibilidade de geração de empregos para a imensa legião de indivíduos com reprodução precária e incompleta.

Parcela considerável da literatura disponível estabelece o trabalho familiar como a base da pequena produção. Um dos autores que mais tem questionado tal formulação é Wilkinson.[57] Em estudos sobre a Cooperativa Agrícola de Cotia, Loureiro[58] destaca que os agricultores trabalham "basicamente com mão-de-obra familiar", formulação contra a qual Wilkinson[59] se insurge ao alegar que "(...) das 10 unidades estudadas em detalhe, duas dependem principalmente de força de trabalho contratada (que representa 80% e 65% dos custos do trabalho) e, no caso de mais outras três, o custo do trabalho contratado equivale a 49%, 41% e 42% do total de gastos com trabalho. Portanto, metade de sua amostra, longe de representar "basicamente o trabalho familiar, depende, pelo menos na mesma proporção, da força de trabalho assalariado". O que ele está refutando claramente é a noção de auto-suficiência do trabalho no processo produtivo da pequena produção. Mais ainda, os programas governamentais multiplicariam os vínculos, embora a impressão que se tem é de que eles se dariam mais pela função de campesinato como exército de reserva, haja vista a minimização proposta de sua função como setor produtivo.

Ainda assim, além de apresentar dados a respeito da contratação de trabalhadores temporários nos estabelecimentos de até 50 hectares, o autor acredita no restabelecimento da figura do trabalho assalariado simples porquanto "(...) o tamanho mínimo da terra tende a ser constantemente redefinido sob a pressão da agroindústria, levando à imposição sucessiva de novas economias de escala não necessariamente compatíveis com a unidade de trabalho familiar. Mesmo nos limites da versão da tese agroindustrial em termos de especialização, certas áreas da produção (por exemplo, a avicultura) atingiram graus de concentração e de simplificação de tarefas que excedem o suprimento de trabalho na exploração familiar e restabelecem a eficácia do trabalho assalariado simples.[60] É um ato de justiça, porém, reconhecer a limitação da abordagem da tese agroindustrial "como um modelo geral para a apropriação capitalista da agricultura".[61]

De qualquer modo, essa dimensão da análise representa, em certo sentido, uma ressurreição da tese de Lenin e uma qualificação da de Sorj,[62] ou a existência, de fato, de ramos, na agricultura, que se apresentam em conformidade com o raciocí-

[57] Wilkinson, J. *O estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo, Hucitec; Cepa/BA, 1986.
[58] Loureiro, M.R.G., org. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1981.
[59] Wilkinson, J. op. cit. p. 42.
[60] Wilkinson, J. op. cit. p. 209.
[61] Id. ibid. p. 210.
[62] Sorj, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

nio leninista. O presente trabalho se inclina a sustentar que a agricultura irrigada no Nordeste e sua pauta característica (horticultura), não obstante praticadas em imóveis de dimensões relativamente pequenas, se singularizam por elevadas exigências de força de trabalho que excedem, em muitos casos, o contingente de trabalho familiar em idade ativa e, em decorrência, tendem a exibir relações razoavelmente elevadas entre a mão-de-obra contratada e a total, configurando um cenário diverso daquele proposto para as culturas de grãos ou integralmente mecanizáveis, onde termina por prevalecer a "modernização tecnológica crescente de uma camada de produtores familiares, sem porém levar a uma utilização crescente de trabalho assalariado no estabelecimento". Embora Sorj[63] não especifique claramente, esse delineamento não parece satisfatório para a pauta irrigada do Nordeste. Por quê?

Conforme menção inicial, a irrigação no Nordeste contempla, via de regra, um elenco de culturas nobres de alto valor comercial por hectare, cuja característica mais marcante é, além da perecibilidade e urgência de realização de certas tarefas, a sua execução repetida e em intervalos curtos e regulares – em certos casos até em caráter preventivo, como ocorre com as freqüentes operações de controle químico de pragas e doenças – e a *dificuldade* ou *impossibilidade* de mecanização, dadas as particularidades agronômicas relativas às formas de crescimento, caracteres morfológicos e fisiológicos, fraca resistência a choques mecânicos da parte comercial, maturação desuniforme e natureza de certos trabalhos (podas, desbastes, desbrotas, classificação, etc.). O processo de modernização, especialmente as tecnologias químicas, é *mais generalizado* em razão das necessidades inerentes aos cultivos, do reduzido risco climático e do alto valor comercial.

Em primeiro lugar, a diferenciar a intensidade no uso de mão-de-obra, tem-se a necessidade de uma etapa adicional – em relação aos grãos – na fase de propagação: antes da semeação do campo a maioria das hortaliças é inicialmente semeada em canteiros especiais, as sementeiras, e só as plantas mais vigorosas são transplantadas para o campo. No caso de grãos o transplantio é direto, dispensando o emprego de mão-de-obra. A cultura do tomate, por exemplo, só nessa fase recruta os serviços de quase 15 homens/dia, distribuídos nas tarefas de preparo dos canteiros, semeadeiras e tratos culturais fitossanitários. O plantio consome o esforço destes 15 homens/dia contra 4,5 homens/dia para o consórcio "feijão e milho".[64]

Em segundo lugar, os tratos culturais são variados comparativamente às outras culturas, que consiste apenas nas tradicionais capinas, enquanto as plantas hortícolas exigem a desbrota, desbaste, podas, capinas, tutoramento, amontoa, cobertura "morta" ou palhoça, capação e tratos fitossanitários. Neste particular as hortaliças são o grupo de culturas mais sujeito ao ataque de doenças e pragas, nele sendo empregados os defensivos químicos com freqüência semanal ou quinzenal. "Entretanto, na época chuvosa, ou em regiões de alta umidade no ar, mesmo na seca o intervalo deve ser reduzido para três dias."[65] Todas essas práticas são normalmente manuais, em vista das razões já apontadas, fato que se reflete em vultoso emprego de mão-de-obra semi-especializada e pode propiciar diferenças nos salários unitários.

[63] Id. ibid. p. 13.
[64] Embrapa. *Sistemas de produção para o feijão/milho*. Barreiras, 1976. (Circular 51.)
[65] Filgueira, F. A. op. cit. p. 113.

Segundo Filgueiras[66] "(...) os olericultores utilizam maior número de horas de trabalho humano, por hectare, do que os agricultores em geral, apesar da mecanização crescente. Assim, são necessários cerca de 600 serviços[67] para a condução de uma cultura estaqueada de tomate, da semeadeira até a colheita. Contrastando com esta situação, um hectare de milho com tratos culturais semimecanizados, exige cerca de 30 serviços, nas condições do Centro-Sul do Brasil."

Esse contraste é confirmado pela tabela 4, onde os coeficientes de mão-de-obra assalariada dos grupos "com irrigação" e "com crédito" sobrepujam o grupo "sem serviço" em todos os estratos, em que pese o teste estatístico só acusar diferença significativa no menor intervalo. As relações são de magnitudes aproximadas entre os dois primeiros grupos, mas enquanto os agricultores que recebem crédito se assalariam, os irrigantes não o fazem, ou seja, são os únicos "produtores de tempo integral". Por seu turno, quando computados somente os indivíduos que contratam trabalho assalariado, as relações se aproximam e mesmo ultrapassam os 50% (tabela 4), demonstrando a dependência da agricultura irrigada da força de trabalho assalariada, pelo menos na mesma proporção do trabalho familiar. Em trabalho objetivando avaliar a relevância do emprego na agricultura irrigada no Vale do São Francisco, pesquisadores do Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (Pimes) da Universidade Federal de Pernambuco estimaram que, a partir de cinco hectares, o emprego assalariado já quase se iguala ao trabalho familiar e, a partir de 10 hectares, este é suplantado por aquele, atingindo proporções entre 53% e 77% em relação à mão-de-obra total requerida, com o destaque de que os filhos e a esposa são quase que completamente liberados da faina no estabelecimento (tabela 6). Assim, boa parcela dos pequenos estabelecimentos irrigados parece depender *sobretudo* do trabalho assalariado.

Mais importante ainda é o fato de que esses maiores coeficientes de mão-de-obra assalariada se aplicam à base de requerimentos de trabalhos incomparavelmente maiores na irrigação em relação à agricultura de sequeiro. A tabela 7 acusa, inclusive, efeito estatisticamente significativo da absorção do trabalho nos três primeiros estratos, sendo o cotejamento visivelmente prejudicado em virtude da inexistência de observações no quinto estrato do grupo "sem serviço", da reduzida área irrigada no último intervalo e do súbito recrutamento de trabalho assalariado pelos agricultores de mais de 50 hectares agraciados com crédito. Dinamicamente, considerando a transitoriedade do uso da terra com produção vegetal e o predomínio das pastagens num segundo momento, não é de se esperar a permanência dessa intensidade de recrutamento.

Em que pese à relativa capacidade de gerar emprego, não seria de se esperar forte repercussão nos salários pelo modesto número de agricultores atendidos com irrigação.

A julgar pelos índices de exigência de mão-de-obra (tabelas 7 e 8), os irrigantes ofertariam um número de jornadas de trabalho suficiente para, no máximo, cerca de 300 agricultores sem terra e com reprodução incompleta. Somados ao grupo "com crédito", a demanda de trabalho não alcançaria as jornadas necessárias a três mil agricultores, meta demasiado distante do universo dos "sem-terras" e de reprodução precária, calculado entre 19 mil e 70 mil estabelecimentos.

[66] Id. ibid. p. 16.
[67] Cada serviço corresponde a oito horas de trabalho desenvolvido por um trabalhador.

Tabela 6
Região do Submédio São Francisco
Composição do emprego (em dias de trabalho) por categoria de trabalhador em unidades privadas de irrigação (em %)
1985

Categorias de trabalhador	Estratos de área (hectares)						
	0,0-4,9	5,0-9,9	10,0-19,9	20,0 - 49,9		+ de 50,0	
Familiar	75,2	50,1	28,7	4,7	8,3	0,3	1,3
Responsável	27,9	17,2	5,8	3,9	6,8	0,1	0,6
Esposa	5,5	3,7	2,3	0,5	0,9	-	-
Filhos maiores de 15 anos	25,1	22,0	7,3	0,3	0,6	0,2	0,7
Filhas maiores de 15 anos	8,3	-	7,9	-	-	-	-
Filhos menores	-	7,2	3,6	-	-	-	-
Parentes	8,4	-	1,8	-	-	-	-
Permanentes	8,3	16,1	25,1	29,5	19,1	83,6	34,6
Homens	8,3	16,1	15,2	14,1	16,2	75,2	20,7
Mulheres	-	-	-	-	-	0,4	1,6
Morador	-	-	1,6	11,1	-	1,5	6,1
Tratorista	-	-	0,6	0,8	-	2,0	0,7
Vaqueiro	-	-	0,8	-	-	-	-
Técnicos[1]	-	-	6,9	3,5	2,9	4,5	5,5
Temporários	14,5	14,4	34,3	43,9	33,5	10,6	42,3
Diarista	14,4	5,5	12,3	4,8	8,6	1,5	5,8
Homens	-	8,9	8,1	35,8	19,0	9,1	35,5
Mulheres	-	-	13,9	3,2	5,8	-	-
Tratorista	0,1	-	-	0,1	0,1	-	-
Crianças	-	-	-	-	-	-	-
Parceiros	2,0	19,3	12,6	21,9	39,1	5,5	21,9
Homens	2,0	12,7	12,6	21,9	39,1	5,5	21,9
Mulheres	-	2,2	-	-	-	-	-
Crianças	-	4,4	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0[2]	100,0[3]	100,0[4]	100,0[5]

Fonte: Pesquisa OIT/PNUD/SUDENE, 1985. Citado em Maffei, E. et alii. *Irrigação e emprego no sertão do São Francisco*. Recife, OIT/PNUD/SUDENE, 1986.

[1] Inclui todo o pessoal técnico-administrativo.
[2] Com Catulunha.*
[3] Sem Catulunha.
[4] Com Milano.*
[5] Sem Milano.

* Duas grandes propriedades rurais da região.

Tabela 7
Número de dias de trabalho assalariado contratado, segundo tamanho da área e categoria do produtor, Piderp, 1981

Categoria e tamanho da área (ha)		Número de dias		Desvio-padrão
Sem serviço	0 — 5	* 5,0	*	12,1
	5 — 15	* 5,1		8,4
	15 — 30	* 13,7		22,3
	30 — 40	(NS) 4,7		5,5
	40 — 50	(NS) –		-
	50 e +	(NS) 43,3		45,1
	Média	8,6		
Com crédito	0 — 5	37,0	*	56,0
	5 — 15	45,0		55,6
	15 — 30	43,0		54,6
	30 — 40	51,7		55,7
	40 — 50	53,6		56,1
	50 e +	121,7		169,6
	Média	49,9		
Com irrigação	0 — 5	40,9	*	73,2
	5 — 15	76,1		76,1
	15 — 30	134,0		196,5
	30 — 40	130,8		149,5
	40 — 50	149,7		172,9
	50 e +	0,0		0,0
	Média	76,6		

Fonte: CAR/Seplantec. Cálculos do autor.

Obs.: 1. Na região do Submédio São Francisco, as estimativas acusavam um número de empregos agrícolas (dias-homem/ha) de 99,02, 99,48 e 133,75 para as unidades públicas (colonos e empresas) e unidades privadas, respectivamente.
2. Esta tabela e algumas das seguintes conterão a mesma notação da tabela 4, que terá o mesmo significado.

Tabela 8
Região do Submédio São Francisco
Número de empregos, agrícolas por hectare para unidades privadas e públicas de irrigação

Tipos de irrigação	Coeficiente técnico de mão-de-obra[1] (dias-homem/ha)	Emprego / ha							
		Pesquisa OIT/PNUD/Sudene			DNOS[4]				
		Atual[2]		Potencial[3]	Atual	Potencial	Geida[5]	DNOCS[5]	Codevasf[5]
		I	II						
Unidades privadas	133,75	0,72	0,80	1,07	0,75	2,00	-	-	-
Unidades públicas	-	0,50	0,55	0,75	-	-	0,40 0,55	0,71	0,50
. Colonos	99,02	0,50	0,59	0,79	-	-	-	-	-
. Empresas	99,48	0,50	0,60	0,80	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa OIT/PNUD/Sudene, 1985. Citado em Maffei, E. et alii. Op. cit.

[1] Representa a média dos coeficientes técnicos (CT) de mão-de-obra por unidade de produção da Pesquisa OIT/PNUD/Sudene, obtida da seguinte forma:

$$CT = \frac{1}{T} \sum_{i=1}^{1} \left(\sum_{j=1}^{J} CMO_{ij} \; A_{ij} \; / \sum_{j=1}^{J} A_{ij} \right) \quad \text{onde:}$$

CMO_{ij} = Coeficiente técnico de mão-de-obra da unidade de produção *i* para a cultura *j*.

A_{ij} = Área plantada da unidade de produção *i* com a cultura *j*.

[2] $\text{Emprego/ha} = \frac{CT \times CUT}{DTA}$ onde:

CUT = Coeficiente de utilização da terra (= área plantada/área estática irrigada).
DTA = Dias de trabalho no ano = 250. Apresentam-se duas estimativas para a relação Emprego/ha: a) para CUT = 1,34 conforme dados da Pesquisa do DNOS; b) para CUT = 1,50 segundo informações da Codevasf.

[3] Mesma relação anterior, com CUT = 2,0, que representa o máximo atingível dentro das condições tecnológicas atuais. O DNOS admite que esse número possa chegar a 2,5.

[4] DNOS. *Caracterização de perfis sócio-econômicos de unidades espontâneas no Submédio São Francisco, em Pernambuco*. Recife, 1984.

[5] Sampaio, Yoni; Ferreira Irmão, José & Gomes, Gustavo Maia. *Política agrícola no Nordeste: intenções e resultados*. Brasília, Binagri, 1980.

Summary

The Paraguaçu Valley region, in Bahia, has been the subject of the Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste) since the middle of last decade, supported by the Federal Government and the World Bank.

In spite of repeated statements in favor of rural workers without land ("sem terras"), the program focused its instruments and actions on a small number of land-owner producers, in the belief that the other rural workers would be absorved through the labor market, due to the shortage of labor caused by the increase in the number of people working full time on their own lands. This expectation, in the view of this authors would benefit both the "sem-terras" and the farmers with *precarious or incomplete reproduction,* who amounted to about seventy thousand families in the area under study. The present analisys does not confirm the expectations of the decision-makers.